

A eleição ²²

servirá de termômetro

A. C. SCARTEZINI

Coordenador de Política

O convite do presidente Sarney para que cada brasileiro se transforme em fiscal e sócio do seu governo, feito no pronunciamento de ontem à noite, tem data certa para receber a resposta definitiva na caixa de correspondência do Palácio do Planalto, 15 de novembro próximo, quando os brasileiros elegerem os constituintes e os governadores.

E não se espante o Presidente se os sócios e fiscais denunciarem o contrato social proposto ontem. Afinal, primeiro os brasileiros se tornaram fiscais por uma adesão espontânea ao Plano Cruzado de 28 de fevereiro, numa mobilização que surpreendeu a Sarney.

Se o Presidente, mesmo assim, deseja uma resposta favorável ao convite, deve levar em conta de que dispõe de precisos 115 dias para convencer aos novos sócios de que eles embarcaram compulsoriamente num bom negócio.

ENGOLIR O SAPO

A situação também não se demonstra tranqüila quando se leva em consideração que os instrumentos mais importantes de que dispõe o Planalto para a operação eleitoral são seus partidos - o PMDB e o PFL - mas estes não foram ouvidos sobre o novo pacote econômico, embora possam ser as suas maiores vítimas.

Se o PMDB, vindo numa trajetória que começou compulsoriamente pelo velho MDB, tornou-se o principal partido do País, deve muito as críticas que fez ao aumento constante do preço da gasolina, às escamoteações que o regime militar fazia no cálculo da inflação e às denúncias sobre a ausência da Arena e do PDS nas decisões dos antigos governos.

MANDATO EM JOGO

Nessa disputa eleitoral estará em jogo um sonho que o presidente Sarney até agora acalentou com discreto carinho: a preservação pela Constituinte do seu contrato de seis anos como inquilino do Palácio do Planalto.

Até 15 de novembro, Sarney terá de demonstrar aos sócios e fiscais que merece a maioria da Constituinte, à qual, posteriormente, deve convencer que é digno dos seis anos, mas o seu pronunciamento de ontem não oferece uma vida melhor aos brasileiros num prazo razoável.

Há um momento em que o pronunciamento menciona a disposição do governo em abrir um "grande espaço" ao Brasil no século XXI. Trata-se de um prazo longo para o brasileiro que há mais de 20 anos paga um pesado tributo pessoal aos erros e auto-suficiências dos governos.